

A DESIGUALDADE NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO PAULISTANO: SEGREGAÇÃO E DEMOCRACIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes¹

Resumo: A participação política é um dos temas centrais da reflexão sobre a democracia. Não há democracia de qualidade sem o engajamento dos cidadãos. Participação e responsividade são exigências fundamentais para o bom funcionamento da democracia. Posto isto, é fundamental entendermos se e como os diferenciais socioeconômicos são transferidos para o campo da participação política. Exploramos os modos por meio dos quais as diferenças socioeconômicas individuais e contextuais afetam a participação política na cidade de São Paulo. Encontramos evidências acerca da complexidade do fenômeno. De maneira agregada, os diferenciais socioeconômicos individuais, mensurados em termos de renda e educação, afetam o nível geral de participação. Os efeitos são concentrados no topo da distribuição, enquanto as diferenças entre grupos mais vulneráveis e medianos é reduzida. Apesar do nível geral de participação ser baixo, não existem diferenças substantivas devido a fatores socioeconômicos na participação mais institucionalizada como atividades partidárias e conselhos participativos. As diferenças são maiores nas atividades menos institucionalizadas como participação em organizações da sociedade civil, demonstrações e protestos e engajamento virtual. Encontramos evidências que as realidades locais reproduzem segregação e agravamento das desigualdades, uma vez que as mudanças no contexto local ativam a participação dos mais ricos sem efeito sobre grupos medianos ou vulneráveis. As diferenças socioeconômicas na participação são maiores quando as realidades locais são mais ricas, cuja riqueza é auferida pela renda per capita média da região, e mais desiguais, enquanto não há diferenciais socioeconômicos na participação dos indivíduos nos locais mais pobres e mais iguais.

Palavras-chave: participação política, desigualdade, segregação, status socioeconômico

Recebido em: 27/04/2020

Aceito em: 01/09/2020

¹ Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: ivan.fernandes@ufabc.edu.br

INEQUALITY IN SÃO PAULO'S POLITICAL PARTICIPATION: SEGREGATION AND DEMOCRACY IN THE CITY OF SÃO PAULO

Abstract: Political participation is one of the central themes of democratic theory. There is no democracy with quality without citizen engagement. Participation and responsiveness are fundamental requirements for the proper functioning of any democracy. That said, it is essential to understand if and how socioeconomic differentials are transferred to the political participation field. We explore how individual and contextual socioeconomic differences affect political participation in the city of São Paulo. We found evidence about the complexity of the phenomenon. In aggregate, individual socioeconomic differentials, measured in terms of income and education, affect the overall level of participation. The effects are concentrated at the top of the distribution, while there are no differences between the most vulnerable and average groups. Although the overall level of participation is low, there are no substantive differences due to socioeconomic factors in more institutionalized participation, such as party activities and participatory councils. The differences are more significant in less institutionalized activities such as participation in civil society organizations, demonstrations and protests, and virtual engagement. We found evidence that local realities reproduce segregation and worsening inequalities since changes in the local context activate the participation of the wealthiest without any effect on middle or vulnerable groups. Socioeconomic differences in participation are more significant when local realities are richer, whose wealth is measured by the region's average per capita income, and more unequal. At the same time, there are no socioeconomic differences in the participation of individuals in the poorest and most equal places.

Key words: political participation, inequality, segregation, socioeconomic status

1. Introdução

A participação política é um dos temas centrais da reflexão sobre a democracia. Não há democracia de qualidade sem o engajamento do cidadão nos processos políticos. Nas concepções substantivas de democracia, a participação é uma exigência para o seu bom funcionamento. Desta maneira é fundamental entendermos se as diferenças socioeconômicas são transferidas para o campo da política. Posto isto, nessa pesquisa buscamos responder duas perguntas. Em primeiro lugar, queremos entender: o quanto o status socioeconômico afeta a participação política dos indivíduos? Em segundo lugar, o quanto a relação entre status socioeconômico e participação política é afetada pelas realidades locais?

Essa segunda pergunta explora se a diferença entre os indivíduos oriunda da hipótese clássica da transferência dos diferenciais socioeconômicos para a política é afetada pelas formas em que pobres e ricos estão espalhados geograficamente. Testamos se a desigualdade social e o nível de riqueza local aprofundam ou atenuam os efeitos das desigualdades socioeconômicas sobre a política. Se o aumento da riqueza e da desigualdade atenuarem os efeitos dos diferenciais de status socioeconômico, isto indica que há transferências de recursos e oportunidades dos grupos mais privilegiados em direção aos mais vulneráveis. Por outro lado, caso haja a relação inversa, isto indica uma situação de maior segregação, pois a existência de mais recursos no distrito assim como a maior diferença entre ricos e pobres pode ativar a transferência por parte dos privilegiados de recursos e oportunidades socioeconômicas para o campo da política. Encontramos evidências que indicam a segunda hipótese, pois a maior riqueza local, mensurada pela renda per capita, e maior desigualdade, mensurada pelo índice de GINI local, aumentam as diferenças de participação entre indivíduos de maior e menor status socioeconômico.

A participação é e sempre foi um tema fundamental da reflexão democrática. Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville foram pensadores clássicos que defenderam a tese de que a democracia participativa é a única forma de democracia saudável. Na visão *tocquevilliana*, a democracia só se sustenta caso os cidadãos estejam dispostos a ocupar o espaço público. Apenas a participação ativa cidadã impediria que o regime democrático sucumba à mediocridade da apatia das vidas privadas e/ou à tirania da maioria. O ativismo e associativismo entre os cidadãos seriam fenômenos virtuosos que apurariam o processo democrático e os próprios cidadãos, tornando-os conscientes do seu papel na sociedade, aumentando o interesse por assuntos públicos, a tolerância, a reciprocidade e a confiança interpessoal.

A ampla participação representa a ampliação da responsividade do sistema aos interesses da sociedade, produzindo engajamento cívico e qualificando o sistema político. A boa democracia é definida por Manin, Stokes e Przeworski (1999) como o sistema que responde efetivamente aos anseios da sociedade. Diamond e Morlino (2005) consideram que a participação é um elemento

básico para a avaliação da qualidade das novas democracias da terceira onda democrática e da própria concepção procedimental de democracia. Frey e Al-Roumi (1999) e Sen (1999) apontam a relação entre a participação e resultados positivos do processo democrático tanto em termos de *output* como em legitimidade. A demanda por maior participação e novos mecanismos que aprofundem a responsividade do Estado estão no cerne de diversas reformas e propostas de aprofundamento democrático. A América Latina, por exemplo, é pioneira na promoção e estímulo a esses novos mecanismos, tais como conselhos populares e orçamento participativo (Arbache, 2015).

Não obstante a sua relevância, a mera densidade de participação não é suficiente para demarcar a qualidade do processo democrático. É necessário que levemos em conta a desigualdade na distribuição desta participação, uma vez que a reduzida capacidade de participação de determinados grupos pode ser indicativa de deterioramento do processo democrático. A defesa da equidade de participação parte da suposição que cidadãos inativos são invisíveis na política e, por consequência, têm seus interesses erodidos. Dahl (1989) entende que o cidadão pode optar por não participar, mas essa escolha deve ser voluntária e não baseada em restrições externas.

A igualdade entre os indivíduos é o centro do ideal democrático. Dworkin (2000) a rotula como a virtude soberana. Uma sociedade inclusiva seria aquela na qual os interesses de todos os cidadãos recebem igual consideração no processo político. Os interesses e reivindicações razoáveis de todos os cidadãos devem ser considerados em pé de igualdade, sem desigualdades estruturais ou exclusão. Altman e Pérez-Liñán (2002) apontam que o problema da participação efetiva, isto é a transformação do direito conquistado no processo de democratização em comportamento político, é essencial para definição da responsividade dos governos aos grupos historicamente excluídos. Diamond e Morlino (2005) sugerem um ciclo vicioso entre desigualdade econômica e política ao reduzir efetivamente a possibilidade de participação do andar inferior da distribuição de renda. Neste diapasão, Goodin e Dryzek (1980) e Solt (2008) demonstram que a desigualdade gera um efeito de desmobilização por reduzir o acesso ao capital social por parte da sociedade. Exemplo claro e clássico desta dinâmica é a própria desigualdade do voto: sem um sufrágio amplo, universal e irrestrito, a democracia não se sustenta.

Arbache (2015) aponta que a participação eleitoral não é um problema crucial da democracia brasileira, uma vez que, além dos pleitos competitivos, o Brasil tem experiência e pioneirismo em mecanismos de governança participativa. Contudo, há enormes desigualdades na distribuição desta participação na sociedade, o que pode afetar a responsividade do sistema. A literatura nacional aponta também problemas de baixo engajamento político, confiança interpessoal e na política, individualismo e baixo capital social na sociedade brasileira (Power, Jamison, 2005; Baquero, 2001).

Posto isto, iremos analisar neste trabalho a desigualdade contextual na participação no município

de São Paulo a partir de dados de *survey* representativos da população local. Analisamos a desigualdade em dois níveis. Em primeiro lugar, avaliamos a hipótese clássica de como o status socioeconômico afeta a possibilidade de participação na cidade de São Paulo e, em seguida, verificamos como as condições locais em termos de riqueza e desigualdade afetam a participação e o próprio efeito do status socioeconômico.

Analisamos o status socioeconômico a partir da renda familiar e escolaridade do indivíduo. Abordamos a participação em um prisma multidimensional para dar conta de suas diversas facetas como a participação em conselhos municipais, ou audiências públicas; em atividades envolvendo o processo eleitoral – partidárias; em organizações da sociedade civil; em demonstrações públicas; e em atividades políticas virtuais. Exploraremos estas diversas dimensões além do voto, posto que pretendemos propor uma visão ampliada e multidimensional da participação. Conforme apontado por Best e Krueger (2005), a sub-representação de diversos grupos da sociedade se manifesta de forma diferente dependendo da dimensão da participação que está sendo analisada, ainda mais quando as participações não convencionais se tornam mais frequentes que o próprio ato de votar (Norris, 2002).

Em nossa análise iremos verificar os efeitos das desigualdades em termos individuais e contextuais a partir de um índice de participação e também sobre os tipos de participação específica, de forma a captar tanto as estruturas gerais como as nuances na complexa relação entre desigualdades locais, status socioeconômico e participação. O impacto da desigualdade tende a ser menos estudado no campo da participação, pois a maior parte dos estudos são transversais, impedindo uma variação no tempo da desigualdade (Brady, 2004). Em nosso estudo, enfrentamos o problema analisando a variação das desigualdades por meio da variação espacial e não temporal. Utilizamos metodologia semelhante ao estudo de Bartle e outros (2017) que encontraram relações positiva e negativa, respectivamente, entre a segregação e a desigualdade local sobre a participação eleitoral. Avançamos ao analisar a interação entre o status socioeconômico e a desigualdade local e não apenas na estimação dos efeitos diretos dessas variáveis.

Utilizamos os dados coletados pelo Instituto Sivis para a construção do Índice de Democracia Local (IDL) de São Paulo em 2019 quando foi realizada uma pesquisa com uma amostra representativa de 2417 paulistanos em toda extensão do município. Por sua vez, mensuramos os dados regionais de desigualdade e riqueza nos distritos a partir das informações do Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. O texto está dividido nas seguintes seções, além desta introdução. Na próxima discutimos a relação entre participação, status socioeconômico e desigualdades e a contribuição de nosso trabalho. Ao final desta seção apresentamos nossas hipóteses de pesquisa. Na seguinte apresentamos os dados e a metodologia de análise. Na quarta apresentamos nossos resultados e os discutimos em relação à literatura analisada. Finalmente, na quinta concluímos o trabalho.

2. Participação e desigualdade: as dimensões das diferenças

O elemento central da participação política é a ação voluntária do cidadão visando influenciar as decisões políticas de sua comunidade, o processo decisório e a definição de quem são os titulares dos cargos detentores de autoridade pública. A participação sempre está envolvida de alguma forma com alguma atividade política, quer seja voluntária ou profissional, e reflita-se em preocupações da cidadania com o governo e a política em seu sentido mais amplo. Qualquer análise sobre a participação nas democracias modernas tem como ponto de partida o ato de votar. Inclusive, existe preocupação geral com o aumento substancial da abstenção política, fruto da ampliação da desconfiança em relação ao sistema político e aos processos democráticos.

Nas democracias onde o voto é um direito facultativo, o grande desafio dos partidos políticos é fazer com que seus eleitores em potencial se sintam estimulados a sair de casa e votar. Muitas eleições não são vencidas pelo voto da maioria latente, mas sim pelo partido com maior capacidade de levar seus eleitores potenciais às urnas. Essa preocupação é central na relação entre desigualdade e participação, pois a variação na participação eleitoral afeta a capacidade de os grupos minoritários e vulneráveis colocarem suas demandas às autoridades públicas e exigir responsividade na ação estatal.

Na perspectiva da participação apenas no processo eleitoral, é possível elencar inúmeras atividades em um *continuum* de custos e complexidade da ação do indivíduo (Milbrath, 1965). Borba (2012) indica esse contínuo em diversas ações² que apontam para a complexidade do fenômeno da participação, mesmo restrita ao processo geral de competição política. É evidente, no entanto, que o voto é apenas uma das muitas maneiras pelas quais é possível influenciar o curso da política. Nas sociedades democráticas, existem um vasto rol formas de ação para além do voto.

Uma segunda dimensão leva em conta a ação dos movimentos sociais e de protestos como forma de participação política (Barnes e Kaase, 1979). Os episódios de ampla manifestação nas ruas em protestos contra o governo podem ser vistos como problemas da (in)governabilidade (Schumpeter, 1942; Huntington, 1968) em países com regimes frágeis³ ou como indicação do vigor democrático (Arendt, 2018; Paret, 2015, Freeman, 1966). Não obstante sejam considerados

² 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) dedicar-se a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos (Borba 2012: 266).

³ Os episódios de amplos protestos aconteciam com muito mais frequência nas sociedades em momento acelerado de modernização política, como na América Latina entre as décadas de 1930 a 1960, ou dos regimes nazifascistas da Europa do Entre Guerras. O fenômeno da participação massiva em protestos era, portanto, associado ao contexto de instabilidade política e crise de governabilidade.

não convencionais, este tipo de atuação política adquire caráter de normalidade na atual conjuntura democrática e causaria estranhamento uma sociedade democrática vibrante na qual esse tipo de ações não fosse corriqueiro. O instrumento de protesto e manifestações de rua são parte cotidiana de qualquer grande proposta de reforma legal. Posto isso, adotamos o termo atividades não institucionais para diferenciá-las das atividades relacionadas ao processo eleitoral e ao processo decisório institucionalizado como a participação em conselhos participativos⁴.

Recentemente, a literatura apontou que a participação voluntária e focada no processo eleitoral perde relevância. Klingemann e Fuchs (1995) identificam o aumento na participação não institucionalizada em ações como o consumo engajado, demonstrações e ativismo na internet. As contribuições financeiras e outras formas de participação ganharam relevância, pois as organizações tradicionais de massa perdem espaço para grupos profissionais em busca de financiamento e não mais voluntários (Kriesi, 2008). A participação menos institucionalizada está associada com certo distanciamento do sistema político, buscando impacto indireto sem vínculos estritos com partidos políticos. O engajamento torna-se mais político e menos partidário (Marien et al., 2010; Norris, 2002).

A participação pode ainda ser subdividida em atividades legais e ilegais em ações de contestação às elites e decisões tomadas, normalmente por mecanismos não institucionais como protestos e boicotes, que desafiam às autoridades constituídas (Inglehart e Welzel, 2005). As atividades ilegais podem ser identificadas como atividades de protestos não autorizados e não violentos (boicotes, greves e protestos não autorizados, ocupação de prédio e ocupação do tráfego, movimentos de consumidores) ou violentos como atentados contra a propriedade e/ou contra o aparato – policial – de segurança do Estado, que teriam relevância e substância política. (Sabucedo e Arce, 1991).

O papel das atividades fora da legalidade ajuda a elucidar a relação entre desigualdade e participação ao trazer para a análise a relação da cidadania com as instituições de segurança. O policiamento atua sobre a sociedade na perspectiva das políticas de segurança pública, que na maior parte das vezes pode não atender o pressuposto de equidade cidadã. Por outro lado, a polícia pode obstaculizar de maneira enviesada manifestações não permitidas pelas autoridades públicas.

A diversidade de formas de participação torna a análise da desigualdade mais complexa, uma vez que os determinantes da distribuição de participação podem variar dependendo dos tipos de ação, riscos e oportunidades (Meiren et al., 2010). A literatura apresenta fortes evidências de que existe uma tendência positiva de maior participação quanto maior o status socioeconômico do indivíduo (Verba et al., 1995; Leighley e Nagler, 2013). O modelo do

⁴ Borba (2012:271) apresenta uma lista não exaustiva de atividades de protesto e contestação: assinar um abaixo assinado, participar de manifestações legais, participar de boicotes, recusar-se a pagar imposto, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações de rua e participação em greves.

voluntarismo cívico indica que os indivíduos mais ricos participam mais por terem mais motivações e recursos para tal. Brady, Verba, e Schlozman (BVS, 1995) apontam que a análise de recursos e motivações como mecanismos para a participação permite ir além do tripé educação, renda e ocupação. A participação seria afetada pelos conjuntos de recursos, motivações e oportunidades que seriam, por sua vez, afetados pelo status socioeconômico.

Os recursos são os meios para arcar com os custos de participação, sendo associados a elementos como dinheiro, tempo e habilidades cívicas como comunicação e organização que são necessárias para a vida política. Desta forma, algumas atividades exigiriam mais recursos que outras. A hipótese levantada seria que o status socioeconômico seria menos relevante para atividades de participação que demandem menor quantidade de recursos. As oportunidades estão relacionadas com a existência de redes de contatos, fundamentais para as participações não institucionais, uma vez que a participação convencional apresenta oportunidades periódicas de acordo com o calendário eleitoral. A perspectiva apresentada refere-se desta forma às dificuldades para a participação dos grupos socioeconomicamente mais vulneráveis imposta pela falta de recursos, falta de motivações e ausência de conexão com redes de contato que possibilitem à inclusão do indivíduo de pior status em esforços coletivos de participação e contestação.

Dentro desta lógica desenvolvida por BVS, o contexto da participação torna-se crucial para compreender seus determinantes. De um lado, os contextos geográficos-sociais da decisão de participar apresentam conjuntos de custos distintos aos indivíduos assim como diferentes oportunidades ao delimitar as redes de contatos em que estão inseridos. De outro, as próprias características de certas atividades de participação facilitam ou dificultam a entrada de novos atores por exigirem o uso de determinados recursos e redes sociais.

**

Os efeitos da desigualdade são polêmicos na literatura. A desigualdade pode fomentar maior participação dos menos favorecidos por meio da ativação da dimensão da motivação. Com o aumento da desigualdade, em ambientes democráticos, os indivíduos estariam mais motivados a pressionar o governo por melhores e mais abrangentes mecanismos e benefícios de proteção voltados para o andar de baixo da distribuição de renda. Por outro lado, a desigualdade tem o potencial de desmobilização ao colocar indivíduos fora do sistema político. Goodin e Dryzek (1980) e Solt (2008) indicam um efeito de desmobilização. Oliver (1999, 2001) aponta que a desigualdade pode exercer um efeito de mobilização, pois em localidades mais desiguais e não segregadas, os mais vulneráveis podem acessar as redes e recursos dos mais ricos (Cook, 2014).

Contribuições clássicas como Tocqueville e Marx já analisavam a relação entre participação

e desigualdade nos primórdios das democracias modernas. O primeiro temia que a expansão democrática poderia resultar numa tirania da maioria. A única forma de evitar a homogeneização mediocrizante seria o associativismo e a descentralização administrativa. Marx, por sua vez, entendia que o aumento da desigualdade entre as classes sociais na sociedade capitalista levaria à transformação socialista. Dito isto, a desigualdade estaria associada com a ampliação da participação revolucionária. A visão marxiana é concorrente à visão schumpeteriana da participação. Apesar de possuírem pontos de partidas e premissas distintas, ambos apontam a ampliação da participação relacionada ao aumento da tensão e dos conflitos políticos, algo visto como positivo e revolucionário para Marx e deletério e preocupante para Schumpeter.

Por outro lado, investigações clássicas da década de 1970, como os trabalhos de Verba e Nye (1972) encontram evidências de que o aumento da desigualdade reduziria a mobilização ao erodir a participação cidadã nas atividades políticas convencionais. Sen (1999) entende que a incapacidade de os cidadãos exercerem suas capacidades para ação cívica por falta de recursos é uma desigualdade estrutural que deve ser minimizada. Os grupos desfavorecidos da população são confrontados com restrições que outros não enfrentam. Como resultado, grandes diferenças na efetiva participação na vida política podem surgir. Além disso, grupos favorecidos usarão sua posição privilegiada para preservar o status quo, dificultando que os desfavorecidos possam ter suas vozes ouvidas (Young, 2000). Todos estes autores entendem que estas desigualdades são estruturais ao não serem o resultado de variáveis além do controle do indivíduo. A não participação não seria nessas circunstâncias voluntária, violando as restrições de igual consideração propostas por Dahl e Dworkin.

Brady (2004) indica que a desigualdade possui dois mecanismos potenciais em sua relação com a participação com efeitos antagônicos. O aumento da desigualdade significa uma redução dos recursos disponíveis aos mais pobres para participar ou, ao menos, um aumento do diferencial de recursos disponíveis entre ricos e pobres. Do lado oposto, pode significar um aumento da motivação para participar e modificar as condições consideradas como injustas ou na defesa de políticas redistributivas, principalmente se o aumento da desigualdade não for associado ao aumento da repressão dos mais ricos sobre os mais pobres. Testamos esses mecanismos por meio das proxies locais: a maior riqueza indica mais recursos disponíveis na sociedade, assim como a desigualdade indica um maior diferencial entre ricos e pobres que pode ativar maior mobilização.

Do lado da motivação, é possível pensar o efeito potencial da mobilização política por parte de líderes e empreendedores políticos, incluindo a mobilização sobre determinados assuntos que podem ganhar ou perder proeminência em determinados contextos políticos. Rosenstone e Hansen (1993) enfatizam a importância deste tipo de mobilização como forma de ampliar as oportunidades de participação ao indicar como a mudança do ambiente político incentiva ou desencoraja a participação política. Além disto, as formas de participação não

institucionais como protestos e/ou a participação via internet e redes sociais tendem, em média, a ser menos demandante de recursos que as formas convencionais relacionadas ao processo político partidário (Trechsel, 2007). Os protestos seriam abertos a qualquer um assim como a participação na Internet: informação e comunicação relativamente barata e fácil de mobilizar e se engajar em ação política (Jennings e Andersen, 2003).

Barnes e Kaase (1979) contudo apontam que apesar das ações menos institucionalizadas serem menos custosas, a literatura encontra evidências que o grau e a distribuição de participação não é diferente daquilo que ocorre nas formas mais institucionalizadas. Estas novas formas de participação exigiriam habilidades cognitivas mais avançadas, tornando-as acessíveis apenas aos grupos mais privilegiados e quanto mais a ação for intensiva em termos de habilidades, tempo, energia e recursos mais desigual será a participação, inclusive a obtenção de informação sobre situações que mobilizem protestos assim como o uso de ferramentas digitais que são concentradas nos grupos de maior renda e mais educados (Skocpol, 2003; Verba et al., 1995).

Posto o estado da arte na discussão entre participação e desigualdade iremos analisar algumas hipóteses em nossa pesquisa. As dividimos em três conjuntos. No primeiro, analisamos os efeitos individuais do status socioeconômico. Verificamos a hipótese tradicional que diferenças socioeconômicas são transferidas para a política. Em seguida, verificamos se essas diferenças são maiores nas atividades que exigem menos recursos e envolvimento institucional (as atividades participativas menos institucionalizadas). No segundo, analisamos os efeitos diretos do contexto. Verificamos se contextos piores ou melhores em termos de desigualdade e riqueza desmobilizam a participação, seja por desengajamento ou falta de recursos, ou se ativam a participação por efeitos na motivação. Finalmente, no terceiro conjunto, analisamos a interação destes efeitos e testamos se de fato o contexto local em São Paulo fomenta a segregação ou a transferência de recursos e oportunidades dos indivíduos de status socioeconômico mais elevado para os no andar de baixo da distribuição de recursos e oportunidades na sociedade.

I) *Relação entre status socioeconômico e participação no nível individual*

- H1: Indivíduos com status socioeconômico mais elevado participam mais
 - H1a: A relação entre status socioeconômico e participação varia de acordo com o grau de institucionalização da ação participativa. Quanto mais institucionalizada, mais forte o efeito do status socioeconômico – *hipótese da variação da participação*

II) *Relação entre desigualdades locais e participação:*

- H2a: Realidades locais com maior desigualdade de renda possuem em média menor participação – *hipótese da desmobilização*
- H2b: Realidades locais com maior desigualdade de renda possuem em média maior participação – *hipótese da motivação*.
- H2c: Realidades locais com maior riqueza possuem em média maior participação –

hipótese do efeito dos recursos

III) *Interação entre realidades locais, status socioeconômico e participação:*

- H3a: Diferenças na participação por status socioeconômico é menor em realidades locais com maior riqueza e maior desigualdade – *hipótese da transferência de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos.*
- H3a: Diferenças na participação por status socioeconômico é maior em realidades locais com maior riqueza e maior desigualdade – *hipótese da segregação.*

3. Metodologia

Pretendemos analisar as diferenças que o status socioeconômico provocam na participação política do paulistano e como essa relação é afeta pelas realidades locais do município de São Paulo a partir de um *survey* representativo com 2417 paulistanos. Estimamos os efeitos diretos do status socioeconômico, das variáveis que mensuram a realidade local e a interação entre estes dois conjuntos de variáveis. Para definição da variável dependente, analisamos a participação em diversas facetas:

- 1) em atividades envolvendo o processo eleitoral – partidárias
- 2) em conselhos municipais, plebiscitos, referendos ou audiências públicas
- 3) em organizações da sociedade civil como associações de bairro, sindicatos e movimentos sociais e ONGs.
- 4) em demonstração pública, protestos, manifestações, passeatas e carreatas
- 5) em atividades políticas virtuais, tais como engajamento político em redes sociais, fóruns de discussão e enquetes online.

Propomos, em primeiro lugar, um índice aditivo das diversas formas de participação⁵. O índice aditivo possui uma variação potencial de 0 a 20, sendo 0 o valor para o indivíduo que nunca participou de nenhuma das atividades verificadas e 20 para o indivíduo que sempre participa das cinco atividades⁶. A variação encontrada é de 0 a 20, estando mais de 90% dos casos com um valor do índice de participação menor do que 10 e 50% abaixo de 2.

Em seguida, iremos analisar cada um dos cinco tipos de participação levantados. Desta forma, poderemos analisar e comparar como as desigualdades afetam de forma distinta (ou não)

⁵ Além do índice aditivo, estimamos um índice por meio da análise componente principal. O primeiro componente, que corresponde a 53% da variação total, possui correlação com a escala aditiva de 0.998, posto isto optamos pela segunda pois mantém a inteligibilidade dos valores de sua métrica.

⁶ As respostas para cada um dos itens elencados acima são apresentadas em um formato de Escala Likert: Nunca, Raramente, Às vezes, Frequentemente, e Sempre -- às quais são atribuídos, respectivamente, os valores de 0 a 4.

as diferentes dimensões da participação. As variáveis específicas de participação são mensuradas por Escalas Likert e devido a isto analisamos a relação por meio de modelos logísticos ordenados.

Para a mensuração do status socioeconômico dos indivíduos, utilizamos três variáveis distintas. Usamos as tradicionais medidas de renda familiar e escolaridade, mensuradas de maneira categórica⁷. Além disto, incorporamos uma nova mensuração obtida a partir do primeiro componente da análise de componente principal das variáveis brutas de renda e educação, responsável por 71% da variação de ambas. O *índice de status socioeconômico* tem uma distribuição normal com média 0 e desvio padrão de 1,2 e com variação máxima de (-2) à (+3).

Os dados do contexto são extraídos do Atlas do Trabalho de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo que divulga informações sobre as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do município. A partir destes dados, criamos duas variáveis mensuradas nos níveis distritais: a renda per capita do distrito e a média do GINI de renda entre as UDHs de cada distrito.

Além das variáveis de status socioeconômico e de contexto, incluiremos na análise os controles tradicionalmente levantados pela literatura. Incluímos, em primeiro lugar, uma série de variáveis de caracterização do indivíduo: raça/cor, religião, gênero, idade e classificação dentro da força de trabalho como economicamente ativo ou inativo⁸. Em seguida, variáveis de conotação política, como ideologia, interesse sobre política, confiança na política e defesa da democracia. Os efeitos dos controles ideacionais devem ser analisados com cautela, uma vez que tais variáveis podem ser afetadas também pelo status socioeconômico dos indivíduos, principalmente a variável de *interesse sobre política*, potencialmente associada à própria dimensão de recursos, oportunidades e motivações que estimulam a maior participação dos grupos socioeconômicos mais elevados.

Para a estimação das relações propostas e teste das hipóteses, utilizamos em primeiro lugar modelos de regressão lineares para análise dos determinantes do índice aditivo de participação e modelos logísticos ordenados para analisar os efeitos dos determinantes individuais sobre cada uma das dimensões específicas da participação. Em seguida, analisamos o efeito do contexto na relação entre status socioeconômico e participação por meio de modelos de regressão lineares multiníveis. Isto será possível a partir da organização dos dados do survey em 68 dos 95 distritos da capital paulista, com variação de 3 a 83 observações por grupo. Para analisar as interações entre status socioeconômico e contexto sobre participação, apresentaremos uma série de gráficos que tornam mais fácil a interpretação dos resultados.

⁷ Renda: Até 1 salário mínimo (SM), de 1 a 2 SMs, de 2 a 5 SMs; mais do que 5 SMs. Escolaridade: *Baixa*: sem instrução ou ensino fundamental incompleto; *Média Baixa*: ensino fundamental completo ou médio incompleto; *Média Alta*: ensino médio completo ou superior incompleto; *Alta*: Ensino superior completo ou mais.

⁸ No apêndice apresentamos as estatísticas descritivas das variáveis de controle. As categorias mensuradas podem ser observadas na Tabela 4.

4. Resultados

Análises dos indivíduos

Na primeira parte desta seção, apresentamos as estatísticas descritivas de nossas variáveis de interesse. Em primeiro lugar, apresentamos a distribuição de respostas das perguntas sobre participação na Tabela 1, onde podemos ver que a maior parte dos paulistanos não participa da política. A proporção de respostas 'nunca' ter participado varia de 53% (engajamento virtual) à 75% (atividades partidárias). Como esperado, o engajamento virtual, participação em organizações da sociedade civil e em demonstrações são atividades com maior índice de participação. Respectivamente 18%, 12% e 10% da sociedade paulistana sempre ou frequentemente participa destas atividades, teoricamente menos custosas que o envolvimento com o dia a dia partidário e/ou conselhos participativos do Estado. Em relação às duas primeiras, mais de 40% da população já exerceu esse tipo de participação em algum momento. O resultado do maior engajamento virtual é esperado, pois é a atividade que exige menor custo de entrada. Interessante apontar que o engajamento na sociedade civil é mais frequente que a participação em demonstrações, algo que Barnes e Kaase (1979) já haviam apontado como uma atividade cognitivamente demandante.

Tabela 1. Participação Política dos Paulistanos

	Atividades Partidárias		Atividades Instituições Participativas		Engajamento na Sociedade Civil		Demonstrações		Engajamento Virtual	
		%		%		%		%		%
Nunca (0)	1766	73%	1758	73%	1402	58%	1589	66%	1282	53%
Raramente (1)	287	12%	319	13%	357	15%	301	12%	304	13%
Às vezes (2)	200	8%	207	9%	380	16%	290	12%	378	16%
Frequentemente (3)	58	2%	54	2%	110	5%	95	4%	173	7%
Sempre (4)	101	4%	74	3%	165	7%	142	6%	277	11%
Não Respondeu	5	0%	5	0%	3	0%	0	0%	3	0%
Total	2417		2417		2417		2417		2417	

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivos. 2019, São Paulo, SP.

Fica evidente a diferença da participação entre as atividades menos e mais institucionalizadas. As atividades com menor grau de participação são justamente àquelas que envolvem alguma institucionalização estatal – partidária. Quase 3 de cada 4 paulistanos nunca tomaram parte destes tipos de instituições e apenas 6% e 5% participam sempre ou frequentemente de atividades partidárias e participativas, respectivamente.

O passo seguinte de nossa análise é verificar a distribuição desta participação nos diferentes grupos de renda e educação, que são as variáveis frequentemente utilizadas na análise do status socioeconômico. Como esperado, a estatística descritiva demonstra que ambas estão associadas positivamente com maior participação, indo na direção da *hipótese tradicional* (H1) de que o status socioeconômico do indivíduo está positivamente associado com uma maior tendência a participar da política em suas diversas formas.

Na Tabela 2 apresentamos os dados da relação entre participação e renda. A relação é sempre monotônica, não havendo nenhuma atividade que a classe mediana se destaque em relação ao grupo de renda mais elevada (recebimentos superiores à 5 salários mínimos). Contudo, existem divergência no tamanho do hiato de participação entre os grupos de renda segundo o tipo de atividade participativa analisado, indo em direção ao postulado na *hipótese da variação da participação* (H1a).

Os efeitos da renda são maiores em relação às atividades de demonstração e engajamento virtual. Enquanto 8 em cada 10 paulistanos não participam de demonstrações entre o grupo de menor renda (recebimentos inferiores a 1 salário mínimo), esse valor cai para 4,5 em cada 10 paulistanos para o grupo de maior renda. O não engajamento virtual entre os mais ricos é quase metade do não engajamento entre os mais pobres, diferencial que não ocorre em nenhuma outra dimensão.

Do outro lado, 32% dos mais ricos participam do debate político nas redes sociais frequentemente ou sempre, enquanto apenas 11% o fazem entre os mais pobres. Para demonstrações a diferença é respectivamente de 20% para 5%, mais uma vez indicando um enorme efeito do status socioeconômico, mesmo em atividades que requerem menor custo de entrada para a participação. Finalmente, é interessante notar que menos de 12% dos mais ricos estão engajados em atividades institucionais, enquanto cerca de 20% estão envolvidos com atividades da sociedade civil, demonstrações e/ou engajamento virtual⁹.

⁹ Claro que apesar dos custos marginais de participar em demonstrações e engajamento virtual serem mais baratos que os custos das outras atividades, obviamente existem recursos materiais e cognitivos importantes para o exercício destas atividades, pois além do acesso da internet, o engajamento virtual requer um domínio maior da linguagem para produção e compreensão dos conteúdos, assim como a participação em demonstrações requer que o indivíduo esteja a par dos desdobramentos políticos mais recentes, além de acesso às regiões centrais da cidade onde geralmente ocorrem as principais demonstrações políticas na cidade de São Paulo.

Tabela 2. Participação Política dos Paulistanos por nível de renda

Atividade	Resposta	Até 1 SM	%	1 a 2 SMs	%	2 a 5 SMs	%	Mais de 5 SMs	%	NR	Total
Atividades Partidárias	Nunca	350	79%	556	77%	530	72%	247	61%	83	1,766
	Raramente	38	9%	66	9%	99	13%	74	18%	10	287
	Às vezes	29	7%	62	9%	70	9%	32	8%	7	200
	Frequentemente	5	1%	11	2%	18	2%	22	5%	2	58
	Sempre	21	5%	23	3%	23	3%	29	7%	5	101
	Não Responde	1	0%	1	0%	1	0%	0	0%	2	5
Atividades Instituições Participativas	Nunca	335	75%	551	77%	542	73%	250	62%	80	1,758
	Raramente	52	12%	86	12%	98	13%	69	17%	14	319
	Às vezes	36	8%	46	6%	68	9%	50	12%	7	207
	Frequentemente	4	1%	10	1%	20	3%	17	4%	3	54
	Sempre	14	3%	26	4%	13	2%	17	4%	4	74
	Não Respondeu	3	1%	0	0%	0	0%	1	0%	1	5
Engajamento Sociedade Civil	Nunca	292	66%	446	62%	408	55%	177	44%	79	1,402
	Raramente	65	15%	91	13%	119	16%	75	19%	7	357
	Às vezes	53	12%	111	15%	136	18%	67	17%	13	380
	Frequentemente	8	2%	20	3%	38	5%	39	10%	5	110
	Sempre	26	6%	50	7%	39	5%	45	11%	5	165
	Não Respondeu	0	0%	1	0%	1	0%	1	0%	0	3
Demonstrações	Nunca	352	79%	523	73%	447	60%	183	45%	84	1,589
	Raramente	44	10%	73	10%	107	14%	72	18%	5	301
	Às vezes	28	6%	68	9%	111	15%	69	17%	14	290
	Frequentemente	7	2%	19	3%	31	4%	35	9%	3	95
	Sempre	13	3%	36	5%	45	6%	45	11%	3	142
	Não Respondeu		0%		0%		0%		0%		
Engajamento Virtual	Nunca	297	67%	421	59%	350	47%	141	35%	73	1,282
	Raramente	47	11%	90	13%	105	14%	51	13%	11	304
	Às vezes	54	12%	98	14%	129	17%	83	21%	14	378
	Frequentemente	16	4%	35	5%	62	8%	56	14%	4	173
	Sempre	30	7%	73	10%	94	13%	73	18%	7	277
	Não Respondeu	0	0%	2	0%	1	0%	0	0%	0	3
Total (Grupos de Renda)		444	-	719	-	741	-	404	-	109	2,417

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivos. 2019, São Paulo, SP.

Na Tabela 3 apresentamos os dados descritivos utilizando como mensuração do status socioeconômico o nível de escolaridade dos indivíduos. Os padrões são estruturalmente semelhantes. A maior participação ocorre sempre entre os mais educados e há maior engajamento dos mais educados nas atividades menos vinculadas à dinâmica partidária – institucional, o que indica que a redução dos custos de entrada para a atividade participativa não funciona como atenuante da transferência de diferenças socioeconômicas para o mundo da

política.

Tabela 3. Participação Política dos Paulistanos por nível de escolaridade

Atividade	Resposta	Baixa ¹	%	Média Baixa ²	%	Média Alta ³	%	Alta ⁴	%	Total
Atividades Partidárias	Nunca	496	81%	242	75%	619	75%	409	62%	1,766
	Raramente	46	8%	35	11%	90	11%	116	17%	287
	Às vezes	27	4%	26	8%	76	9%	71	11%	200
	Frequentemente	6	1%	4	1%	17	2%	31	5%	58
	Sempre	31	5%	15	5%	19	2%	36	5%	101
	Não Respondeu	5	1%	0	0%	0	0%	0	0%	5
Atividades Instituições Participativas	Nunca	485	79%	252	78%	615	75%	406	61%	1,758
	Raramente	57	9%	32	10%	108	13%	122	18%	319
	Às vezes	31	5%	25	8%	66	8%	85	13%	207
	Frequentemente	4	1%	4	1%	19	2%	27	4%	54
	Sempre	31	5%	9	3%	13	2%	21	3%	74
	Não Respondeu	3	0%	0	0%	0	0%	2	0%	5
Engajamento Sociedade Civil	Nunca	417	68%	217	67%	498	61%	270	41%	1,402
	Raramente	69	11%	40	12%	133	16%	115	17%	357
	Às vezes	74	12%	37	11%	124	15%	145	22%	380
	Frequentemente	8	1%	13	4%	30	4%	59	9%	110
	Sempre	41	7%	14	4%	36	4%	74	11%	165
	Não Respondeu	2	0%	1	0%	0	0%	0	0%	3
Demonstrações	Nunca	505	83%	239	74%	537	65%	308	46%	1,589
	Raramente	40	7%	31	10%	118	14%	112	17%	301
	Às vezes	38	6%	28	9%	106	13%	118	18%	290
	Frequentemente	5	1%	11	3%	21	3%	58	9%	95
	Sempre	23	4%	13	4%	39	5%	67	10%	142
	Não Respondeu		0%		0%		0%		0%	
Engajamento Virtual	Nunca	456	75%	200	62%	405	49%	221	33%	1,282
	Raramente	45	7%	37	11%	116	14%	106	16%	304
	Às vezes	50	8%	46	14%	158	19%	124	19%	378
	Frequentemente	10	2%	13	4%	57	7%	93	14%	173
	Sempre	49	8%	25	8%	84	10%	119	18%	277
	Não Respondeu	1	0%	1	0%	1	0%	0	0%	3
Total		611	-	322	-	821	-	663	-	2,417

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivos. 2019, São Paulo, SP. Observações: 1) Baixa Escolaridade: até Ensino Fundamental Incompleto; 2) Média Baixa Escolaridade: até Ensino Médio Incompleto; 3) Média Alta Escolaridade: até Ensino Superior Incompleto; 4) Alta Escolaridade: Ensino Superior Completo ou mais

Enquanto apenas 33% dos mais educados não se envolveram em atividades políticas virtuais, esse número sobe para 75% entre os menos educados. A diferença dos mais educados em relação às ações menos institucionalizadas também é substantiva. Além da maior participação

virtual, apenas cerca de 45% dos mais educados nunca foram em demonstrações ou participaram de organizações da sociedade civil e cerca de 60% nunca se envolveram com partidos ou conselhos participativos. As mudanças entre os mais pobres são muito menos substantivas. Enquanto 4 em cada 5 pessoas com baixa educação nunca se envolveram em atividades institucionalizadas, 83% nunca participaram de demonstração, 75% não tem engajamento virtual e 68% nunca participaram de organizações da sociedade civil. Isto é, não há diferenças substantivas entre os menos educados no engajamento institucionalizado ou não.

Os achados descritivos iniciais da participação política em São Paulo vão ao encontro das expectativas. Os grupos com maior status socioeconômico participariam mais por serem detentores de mais recursos e terem acesso a uma gama maior de oportunidades, como demonstrado pelo BVS. Além disto, encontramos uma sugestão de que as diferenças entre os grupos de maior e menor status socioeconômico são maiores para as atividades menos institucionalizadas e menores para as atividades direcionadas diretamente ao Estado e partidos políticos, na contramão da percepção que as ações menos institucionalizadas seriam mais acessíveis ao serem menos custosas. O passo seguinte é verificar se essa relação descritiva se mantém após a inclusão de controles de forma a eliminar potenciais relações espúrias entre os fatores educação e renda sobre participação.

Na Tabela 4 apresentamos os resultados das análises de regressão com a inclusão apenas de variáveis de controle em nível individual. A variável dependente é a escala aditiva de participação. Nas colunas 1 a 3 analisamos os efeitos da mensuração do status socioeconômico pela variável renda, em seguida, nas colunas 4 a 6, pela variável educação. Nas colunas 7 e 8 analisamos os efeitos da medida índice de status socioeconômico.

Os resultados das colunas 1 a 3 confirmam os achados descritivos, mas atenuam as diferenças entre os grupos de menor renda. Com a inclusão dos controles descritivos (coluna 1) e ideacionais (coluna 2), as diferenças entre quem ganha menos de 1 salário mínimo (SM) em relação aos que recebem de 1 a 2 SMs é inexistente. A inclusão da variável de interesse por política (coluna 3) atenua ainda mais os efeitos, que permanecem para o topo da distribuição (ganhos maiores do que 5 SMs). Essa variável está relacionada com a própria motivação por se envolver na política, entendida aqui como o interesse pelo tema, sendo parte dos mecanismos (recursos, oportunidades e motivação) que o BVS aponta entre status socioeconômico e participação.

Tabela 4. Determinantes individuais da participação

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Renda – 1-2SM	0.47	0.33	0.02					
	0.23*	0.22	0.20					
Renda – 2-5SM	1.06	0.67	0.13					
	0.23***	0.23**	0.22					
Renda – Mais de 5 SM	2.67	1.99	0.98					
	0.31***	0.30***	0.28***					
Renda – Não Respondeu	0.10	0.26	-0.31					
	0.42	0.41	0.36					
Escolaridade – Média Baixa				0.49	0.41	0.22		
				0.27+	0.27	0.25		
Escolaridade – Média Alta				0.91	0.77	0.04		
				0.22***	0.22***	0.21		
Escolaridade – Alta				2.94	2.40	1.15		
				0.26***	0.26***	0.25***		
Índice - Status socioeconômico							0.76	0.35
							0.08***	0.08***
Gênero	0.04	0.23	0.38	-0.26	-0.02	0.25	0.18	0.36
	0.18	0.17	0.15*	0.17	0.17	0.16	0.17	0.16*
Idade	0.01	0.00	-0.01	0.01	0.01	-0.01	0.01	-0.00
	0.01	0.01	0.01+	0.01*	0.01	0.01+	0.01+	0.01
Religião - Católico	-0.50	-0.47	-0.53	-0.53	-0.51	-0.56	-0.57	-0.61
	0.23*	0.22*	0.20**	0.22*	0.22*	0.20**	0.22**	0.21**
Evangélico	-0.63	-0.57	-0.44	-0.63	-0.58	-0.47	-0.57	-0.47
	0.22**	0.22**	0.19*	0.22**	0.22**	0.19*	0.22**	0.20*
Espírita	0.36	0.17	-0.31	0.04	-0.10	-0.43	0.05	-0.39
	0.33	0.32	0.30	0.33	0.32	0.30	0.32	0.31
Outra	0.39	0.27	-0.03	0.20	0.13	-0.08	0.13	-0.10
	0.39	0.37	0.33	0.38	0.36	0.33	0.36	0.33
Não respondeu	0.20	0.19	0.28	-0.01	0.08	0.18	-0.10	0.01
	0.90	0.88	0.72	0.83	0.83	0.68	0.74	0.63
Raça/Cor - Preto	0.18	0.35	0.48	0.31	0.45	0.53	0.48	0.54
	0.24	0.23	0.21*	0.25	0.23+	0.22*	0.24*	0.22*
Pardo	-0.51	-0.36	-0.20	-0.44	-0.32	-0.19	-0.25	-0.18
	0.19**	0.19+	0.17	0.19*	0.19+	0.17	0.19	0.18
Outra	0.60	0.56	0.51	0.63	0.56	0.51	0.64	0.52
	0.54	0.52	0.45	0.54	0.52	0.45	0.52	0.46
Não respondeu	-0.41	0.05	0.20	-0.45	0.00	0.14	0.05	0.03
	0.56	0.54	0.51	0.53	0.52	0.49	0.55	0.53
PEA	0.61	0.53	0.42	0.41	0.35	0.34	0.40	0.38
	0.20**	0.19**	0.17*	0.20*	0.19+	0.17*	0.20*	0.18*
Ideologia - Centro		-1.32	-1.36		-1.44	-1.40	-1.47	-1.45
		0.26***	0.23***		0.25***	0.23***	0.26***	0.23***
Ideologia - Direita		-1.09	-0.97		-1.01	-0.93	-1.10	-1.01
		0.28***	0.25***		0.28***	0.25***	0.28***	0.25***
Ideologia - Não respondeu		-2.87	-2.42		-2.79	-2.38	-2.80	-2.45
		0.25***	0.23***		0.25***	0.23***	0.25***	0.23***
Confiança na Política		0.11	0.06		0.11	0.07	0.12	0.07
		0.03***	0.03*		0.03***	0.03*	0.03***	0.03*

<u>Defesa da Democracia -</u>								
Discorda	0.12	0.24	0.06	0.21	0.11	0.26		
	0.30	0.27	0.29	0.27	0.30	0.28		
Concorda	0.15	-0.05	0.10	-0.06	0.03	-0.10		
	0.27	0.26	0.27	0.25	0.28	0.26		
Concorda Totalmente	1.36	0.65	1.12	0.57	1.11	0.57		
	0.28***	0.27*	0.28***	0.26*	0.29***	0.27*		
Não Respondeu	0.75	1.06	0.76	0.97	1.06	1.16		
	0.52	0.45*	0.50	0.44*	0.57+	0.49*		
<u>Interesse por Política</u>								
Raramente		1.11		1.07		1.08		
		0.19***		0.19***		0.20***		
Às vezes		1.81		1.76		1.79		
		0.18***		0.19***		0.19***		
Frequentemente		3.47		3.31		3.30		
		0.25***		0.26***		0.26***		
Sempre		4.91		4.79		4.76		
		0.25***		0.25***		0.26***		
Não Respondeu		-0.72		-0.79		-0.47		
		0.34*		0.36*		0.38		
constante	2.47	2.41	1.82	2.25	2.22	1.83	3.11	1.97
	0.39	0.51	0.46	0.41	0.51	0.46	0.49	0.46
R2	0.07	0.15	0.30	0.10	0.17	0.31	0.17	0.30
N	2,403	2,402	2,402	2,403	2,402	2,402	2,295	2,295

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivis. 2019, São Paulo, SP. Observação: Em cada coluna é estimada uma regressão linear com a incorporação de controles. Variável dependente: índice aditivo de democracia. 1) Confiança na política é um índice aditivo da confiança do indivíduo nas seguintes instituições: Presidência; Governo Estadual, Prefeitura, Partidos, Congresso e Câmara dos Vereadores. 2) Grupos de comparação das variáveis de controle: sem religião (religião), branco (raça), gênero (masculino), esquerda (ideologia), discorda completamente (defesa da democracia), nunca se informa sobre política (interesse por política).

A estrutura dos resultados de educação é semelhante. Encontramos um efeito monotônico na coluna 4, mas as diferenças são atenuadas com a inclusão dos controles ideacionais (coluna 5), não havendo mais diferença entre os grupos de menor educação. O mesmo acontece quando incluímos a variável de interesse por política, apontando para a correlação entre motivação e status socioeconômico.

Nas colunas 7 e 8 repetimos os modelos, mas no lugar de inserir as variáveis tradicionais, incorporamos uma nova mensuração obtida a partir do primeiro componente da análise de componente principal das variáveis de renda e educação, responsável por 71% da variação de ambas variáveis. O índice de status socioeconômico, cuja variação é de -2 a +2 em termos de desvios padrões, mostra-se significativo em ambos modelos, mas com efeito menor após a incorporação da variável de interesse por política. Posto isto, mesmo controlando para as motivações, os recursos e oportunidades continuam tendo um efeito substantivo que indica a transferência das diferenças socioeconômicas para o campo da política que podem afetar a qualidade da democracia.

Os resultados da análise dos dados individuais indicam que a potencial desigualdade na participação está concentrada essencialmente no topo da distribuição de renda e/ou escolaridade. Chama atenção o fato de que a inclusão de outras covariáveis demográficas não eliminam todas as diferenças entre grupos mais vulneráveis e a categoria imediatamente superior (renda de 1 a 2 salários mínimos e escolaridade média baixa), apenas após a incorporação de variáveis ideacionais que esse efeito desaparece. A partir da inclusão da variável de interesse na política todas as diferenças entre os grupos medianos e os mais vulneráveis desaparecem. Desta forma, esses primeiros achados indicam que de fato existe uma transferência de recursos e oportunidades socioeconômicas para o campo da participação política, indo de encontro ao ideal de Dahl e Dworkin da igualdade democrática.

Apesar de não serem parte de nosso foco de análise, alguns outros resultados das variáveis de controle se destacam e inclusive apontam outras desigualdades estruturais que podem afetar o funcionamento e a responsividade dos governos democráticos. Gênero e idade não apresentam resultados consistentes. O indicador de raça/cor também apresenta resultados inconsistentes, pois enquanto os pardos participam menos que os brancos, com efeitos pouco significativos, os negros participam mais que os brancos com efeitos no limite da significância.

Confiança na política e atitudes em defesa da democracia possuem resultados substantivos que perdem força quando controlamos pelo interesse por política. Consistentes em todos os modelos são interesse pela política, religião, ideologia e posição no mercado de trabalho. Interesse na política é consistente em todas as estimações e indica que o indivíduo mais interessado participa mais. A variável ideologia demonstra que os indivíduos de centro, direita e que não responderam participam menos do que os de esquerda, sendo o efeito mais forte para os que não responderam. Já a posição no mercado de trabalho indica que os economicamente ativos participam mais do que quem está fora do mercado. Finalmente, os evangélicos e os católicos participam menos do que os sem religião.

Após a constatação da existência de diferenciais do índice aditivo de participação, passamos para análise das diferentes atividades participativas. Na Tabela 5 exploramos os resultados com e sem a inclusão da variável de interesse na política para cada uma das cinco atividades analisadas. Estimamos para cada um dos indicadores socioeconômicos dois modelos logísticos ordenados, com e sem a variável de interesse. Apresentamos apenas o efeito das variáveis independentes de interesse – renda, educação e status socioeconômico – além da variável interesse por política¹⁰. Os coeficientes de interesse por política são os obtidos no modelo com a variável independente *status socioeconômico*.

Os resultados estão de acordo com a percepção inicial dos dados descritivos. Os efeitos do status socioeconômico são mais fortes em relação às atividades menos institucionalizadas. Na

¹⁰ Os resultados dos controles para as diferentes atividades de participação são apresentados no apêndice.

Tabela 5 fica claro que mesmos sem controlar para a variável interesse em política, os efeitos da renda são reduzidos em relação às atividades partidárias e aos conselhos participativos e perde todo impacto ao incluirmos o controle de interesse na política. O mesmo acontece para educação e o indicador de status socioeconômico.

Tabela 5. Determinantes individuais das diversas atividades de participação política (Odds Ratio)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
	Partidárias		Conselhos Participativos		Organizações da Sociedade Civil		Demonstrações e protestos		Engajamento Virtual	
Renda – 1-2SM	0.97	0.84	0.87	0.75	1.16	1.06	1.31	1.15	1.25	1.07
	0.15	0.14	0.13	0.12+	0.15	0.14	0.20+	0.18	0.16+	0.15
Renda – 2-5SM	1.12	0.87	0.86	0.67	1.30	1.09	1.90	1.52	1.63	1.26
	0.17	0.14	0.13	0.11*	0.16*	0.14	0.28***	0.24**	0.21***	0.17+
Renda – Mais de 5 SM	1.62	1.12	1.25	0.87	1.90	1.41	3.11	2.15	2.37	1.54
	0.27**	0.20	0.20	0.15	0.27***	0.21*	0.49***	0.36***	0.34***	0.24**
Renda – n/r	1.12	0.88	1.12	0.87	0.82	0.69	1.29	1.03	1.06	0.74
	0.32	0.26	0.28	0.23	0.21	0.18	0.35	0.28	0.24	0.17
Escol. – Média Baixa	1.44	1.32	1.13	1.05	1.00	0.92	1.42	1.54	1.54	1.49
	0.25*	0.25	0.20	0.20	0.15	0.15	0.27*	0.28+	0.24**	0.25*
Escol. – Média Alta	1.31	0.93	1.25	0.93	1.24	0.95	1.48	2.01	2.25	1.68
	0.19+	0.14	0.18	0.14	0.15+	0.12	0.22***	0.29**	0.29***	0.23***
Escol. – Alta	2.13	1.30	1.96	1.24	2.51	1.68	2.33	3.80	3.53	2.13
	0.32***	0.21	0.29***	0.20	0.32***	0.23***	0.36***	0.54***	0.47***	0.31***
Índice - SSE	1.25	1.08	1.17	1.01	1.31	1.16	1.58	1.36	1.46	1.23
	0.06***	0.06	0.05***	0.05	0.05***	0.05**	0.07***	0.06***	0.06***	0.05***
<u>Interesse por Política</u>		2.99		2.42		2.09		3.63		2.72
Raramente		0.61***		0.48***		0.31***		0.73***		0.44***
Às vezes		3.48		3.23		2.63		4.46		3.97
		0.68***		0.61***		0.38***		0.86***		0.61***
Frequentemente		5.69		5.02		4.30		7.40		7.49
		1.16***		1.01***		0.68***		1.50***		1.27***
Sempre		7.59		7.00		5.00		12.03		13.04
		1.49***		1.33***		0.77***		2.40***		2.26***
Não Respondeu		0.00		2.86		1.27		0.00		0.00
		0.00***		2.31		1.28		0.00***		0.00***

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto SIVIS. 2019, São Paulo, SP. Diversos modelos logísticos ordenados para cada dimensão de participação e mensuração de status socioeconômico (*renda, escolaridade e índice de status socioeconômico*). Controles não apresentados: gênero, idade, religião, raça/cor, posição na PEA, ideologia, confiança na política, e defesa da democracia. A razão de chances (*Odds Ratio*) de cada variável socioeconômicas (*renda, escolaridade e status socioeconômico*) é estimada em modelos específicos com os controles. Os resultados da variável de interesse por política apresentados são os resultados do modelo logístico ordenado cuja variável independente principal é o índice do *status socioeconômico*. Resultados completos estão apresentados no apêndice.

Os resultados indicam que as maiores diferenças nas atividades participativas

institucionais estão no grupo de maior status socioeconômico, sendo reduzida a diferença entre os mais vulneráveis e as categorias medianas. Com a inclusão da variável de interesse por política, o índice socioeconômico perde efeito. Entre as atividades participativas menos institucionalizadas, encontramos um efeito menor, mas ainda relevante, na variável participação em organizações da sociedade civil, capturado apenas no topo da distribuição de renda e das categorias de educação. O efeito do indicador de status socioeconômico é relevante em ambos modelos, com e sem a inclusão da variável de interesse na política.

Os resultados mais contundentes são encontrados nos modelos sobre participação em demonstrações e engajamento político virtual com impactos em diversas camadas da distribuição de status socioeconômico, seja por renda, escolaridade ou pelo índice. O resultado indica que o mundo da política na internet e das manifestações, fenômenos que marcaram a política paulistana na última década, são atividades com maior prevalência de atores politizados entre os grupos de maior status socioeconômico indo na contramão das expectativas da equidade democrática. Finalmente, apontamos que os efeitos da variável de interesse na política são substantivos em todas as dimensões da participação¹¹.

5. Análise dos indivíduos em seus contextos locais

Após a análise dos determinantes individuais que indicam a existência de diferenças socioeconômicas na política, sobretudo nas atividades menos institucionalizadas, exploramos se as relações entre status socioeconômico dependem do contexto onde os indivíduos estão inseridos. Estimamos as relações por meio de modelos multiníveis que permitem a incorporação de variáveis geográficas-contextuais e analisamos se a localidade afeta a relação entre status socioeconômico e participação em duas variações socioeconômicas fundamentais: a desigualdade de renda e a renda per capita do distrito¹².

Estimamos os modelos contextuais sem a incorporação da variável de interesse na política.

¹¹ Sublinhamos que a variável interesse na política captura uma parte dos efeitos dos indicadores socioeconômicos, sendo um potencial mecanismo por meio do qual o status socioeconômico afeta a participação. A correlação entre interesse na política e o indicador de status é de 0.36 (Coeficiente de Pearson) e de 0.33 e 0.28 para escolaridade e renda, respectivamente (Coeficiente de Spearman).

¹² Em nossa especificação do modelo multinível incluímos efeitos aleatórios nos interceptos e nos coeficientes de status socioeconômico, renda e educação. O teste da razão de verossimilhança entre o modelo de efeitos fixos e o modelo com interceptos aleatórios indica que o segundo é o mais adequado ($\chi^2 = 11.5$; p-valor= 0.001 para renda, $\chi^2 = 9.1$; p-valor = 0.003 para escolaridade, $\chi^2 = 8.95$; p-valor = 0.003 para status), enquanto na comparação do modelo com apenas intercepto aleatório e o modelo com intercepto e inclinação da variável socioeconômica aleatórios, o primeiro é mais adequado e eficiente ($\chi^2 = 2.51$; p-valor= 0.29 para renda, $\chi^2 = 9.2$; p-valor= 0.01 para escolaridade, $\chi^2 = 9.6$; p-valor= 0.01 para status). Os testes de razão de verossimilhança da Tabela 6 indicam a adequabilidade do modelo multinível com intercepto e inclinação aleatórios.

Este é um dos canais por meio dos quais o status socioeconômico afeta à participação, fechando à tríade dos mecanismos propostos pelo BVS: recursos, oportunidades e motivações.

Na Tabela 6 apresentamos os resultados dos modelos multiníveis para o índice aditivo de participação. Analisamos em primeiro lugar os efeitos médios diretos do contexto na participação e em seguida analisamos quais são os efeitos interativos do contexto com as variáveis socioeconômicas. Nas colunas de (1) a (2) introduzimos, além dos controles individuais, os efeitos do contexto local com a medida de desigualdade, mensurada pelo Índice de GINI distrital, e a renda per capita. As duas variáveis têm efeitos diretos sobre a participação e pouco afetam o coeficiente da variável status socioeconômico, que diminui de 0.76 (Tabela 4, coluna 7) para algo entre 0.64 e 0.66.

Tabela 6. Determinantes individuais e contextuais da participação política

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	Status e Efeitos direto do contexto		Status e interações		Renda e Interações		Escolaridade e Interações	
<i>Variáveis socioeconômicas</i>								
Status ou Cat1 Renda 1 a 2 SM ou Escolaridade Média Baixa	0.66	0.64	-1.80	-1.62	-1.43	-1.70	3.77	0.78
Cat2 Renda 2 a 5 SM ou Escolaridade Média Alta	0.10***	0.10***	1.05+	0.84+	3.00	2.59	3.51	3.02
Cat3 Renda Maior 5 SM ou Escolaridade Alta					-4.10	-2.53	-1.38	-3.14
					3.04	2.63	2.84	2.47
					-7.81	-6.62	-3.36	-4.18
					3.68*	3.04*	3.29	2.74
Cat 4 Renda Não Respondeu					-3.55	-3.43		
					5.00	4.39		
<i>Variáveis das realidades locais</i>								
Desigualdade Gini Distrito	0.07		0.08		0.01		0.04	
	0.03*		0.03**		0.06		0.05	
Renda per Capita Distrito		0.60		0.60		0.31		0.22
		0.14***		0.14***		0.31		0.27
<i>Interações entre status socioeconômico e realidades locais</i>								
Cat1 ou Status #c.INTERACAO			0.05	0.31	0.04	0.28	-0.08	-0.06
			0.02*	0.11**	0.07	0.36	0.08	0.42
Cat 2 #c.INTERACAO					0.11	0.43	0.05	0.54
					0.07	0.37	0.06	0.34
Cat 3 #c.INTERACAO					0.21	1.11	0.12	0.85
					0.08*	0.41**	0.08+	0.37*
Cat 4 #c.INTERACAO					0.08	0.49		
					0.11	0.60		
N	2295	2295	2402	2295	2402	2402	2402	2402
Grupo	68.00	68.00	68.00	68.00	68.00	68.00	68.00	68.00
Lr teste ¹	18.52	11.84	14.77	7.03	12.53	4.77	16.72	7.28
p-valor	0.00	0.01	0.00	0.07	0.01	0.19	0.00	0.06

Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto SIVIS. 2019, São Paulo, SP. Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. Observação: Diversos modelos lineares multiníveis com análise de interação entre o contexto local e o status socioeconômico (*renda, escolaridade e índice de status socioeconômico*). Controles não apresentados: gênero, idade, religião, raça/cor, posição na PEA, ideologia, confiança na política, e defesa da democracia. Resultados completos estão apresentados no apêndice. 1) Teste de razão de verossimilhança da

adequabilidade do modelo de efeitos aleatórios dos distritos no intercepto em relação ao modelo de efeitos fixos.

A maior desigualdade e renda per capita local aumentam a participação individual, o que condiz com as hipóteses da motivação e do aumento dos recursos. O aumento de 1 ponto de GINI, em uma escala de 0 a 100, aumenta em 0.1 a resposta individual sobre participação, enquanto o aumento de 1% na renda per capita distrital impacta a resposta individual em 0.6.

Esses resultados indicam a relevância de se pensar o contexto local. O resultado mais interessante é o apresentado pelo coeficiente de GINI, isto porque há na literatura uma percepção de que o aumento da desigualdade prejudica a participação ao gerar mais desalento (H2a: *hipótese da desmobilização*), contudo o achado em São Paulo indica que a desigualdade incentiva maior participação, o que está em consonância com a *hipótese da motivação* (H2b). Um maior diferencial de renda estimularia os grupos a participarem mais, sejam os pobres para aumentar sua parcela de proteção governamental e redução de injustiças ou desigualdade, sejam os ricos para garantir que sua posição dentro da estrutura social permaneça protegida. Por sua vez, a hipótese H2c, hipótese de aumento de recursos, se confirma, ao indicar que a maior riqueza aumenta a participação ao possibilitar um nível maior de recursos disponíveis para a atuação política dos cidadãos.

Contudo, os achados dos efeitos contextuais diretos não nos permitem entender quais são os grupos que de fato estão sendo afetados pelo contexto das realidades locais. Para conseguir discerni-los é necessário analisarmos a interação entre as variáveis de contexto e o status socioeconômico dos indivíduos. Isto é feito nas colunas (3) a (8), onde analisamos as interações do contexto local com as três mensurações do status socioeconômico. Nestas análises de interação é possível identificar de maneira precisa quais grupos de indivíduos estão sendo afetados pelas realidades locais.

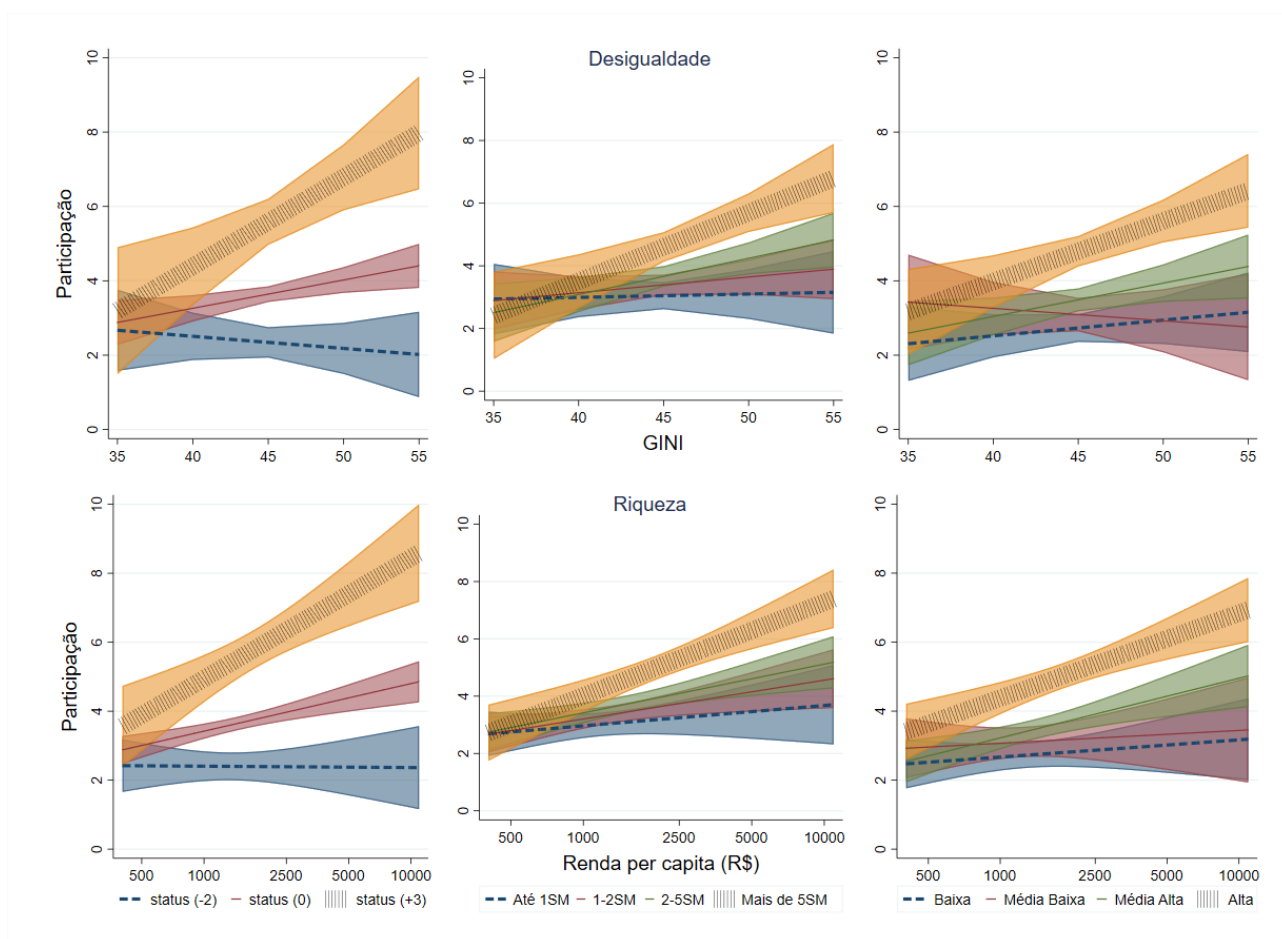
Os resultados da Tabela 6 indicam a existência de um impacto efetivo na interação entre as realidades locais e o status socioeconômico do indivíduo que é mais significativo para a variável contextual renda per capita distrital, apesar de ser relevante também para a desigualdade. Os dados indicam que o aumento da desigualdade e da renda acentua a diferença entre os grupos de maior e menor status socioeconômico quando observamos as interações com a variável índice de status sócio econômico (colunas 3 e 4), indicando uma dinâmica de segregação da participação.

Exploramos mais essas interações nas colunas de (5) a (8), onde observamos os efeitos da interação para as diferentes categorias de renda e educação. Os resultados saltam aos olhos. Tanto na variável renda quanto para escolaridade, identificamos que os efeitos interativos estão todos concentrados no topo da distribuição, havendo poucas diferenças entre os grupos de renda e educação mediana em comparação com o piso da distribuição do status social. É relevante sublinhar que nas duas mensurações categóricas das condições socioeconômicas apenas a

categoria superior (o grupo que ganha 5 ou mais salários mínimos ou escolaridade alta) interage com as variáveis contextuais, com resultados mais fortes para renda per capita.

Os resultados das interações apresentadas na Tabela 6 estão expostos na Figura 1 que tornam mais clara a leitura dos achados. Na primeira coluna apresentamos a interação entre as variáveis *status socioeconômico* e as realidades locais, na seguinte as interações com renda e na terceira com educação

Figura 1. Efeitos das desigualdades locais e do status socioeconômico sobre o Índice Aditivo de Participação



Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivis. 2019, São Paulo, SP. Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. Observação: Diversos modelos lineares multiníveis com análise de interação entre o contexto local e o status socioeconômico (*renda, escolaridade e índice de status socioeconômico*). Controles: gênero, idade, religião, raça/cor, posição na PEA, ideologia, confiança na política, e defesa da democracia. Resultados completos estão apresentados no apêndice. Categorias de educação: Baixa Escolaridade: até Ensino Fundamental Incompleto; Média Baixa Escolaridade: até Ensino Médio Incompleto; Média Alta Escolaridade: até Ensino Superior Incompleto; Alta Escolaridade: Ensino Superior Completo ou mais

Na primeira coluna da Figura 1 temos os efeitos interativos da desigualdade e renda per capita com a mensuração contínua do status socioeconômico. Optamos por analisar os limites da distribuição do índice, cuja distribuição é normal e varia de -2 a +3. Apresentamos os efeitos da interação com GINI e renda per capita para 3 grupos: os que possuem o menor status socioeconômico, dois desvios padrões abaixo da média (-2), os que possuem status socioeconômico mediano/médio (0), e os que possuem status socioeconômico mais alto, três desvios padrões acima da média (3).

Os resultados são bastante contundentes. Enquanto não há diferenças entre os grupos de maior e menor status socioeconômico nas situações de maior igualdade e menor renda per capita, há uma diferença significativa e relevante, que alcança 5.7 pontos na escala de participação onde a renda per capita é de R\$ 9.000,00 e 6.0 onde a desigualdade é de 55 pontos de GINI. Não há efeito significativo do contexto no aumento ou diminuição da participação do grupo de menor status socioeconômico, ainda que no contexto de maior desigualdade a inclinação seja negativa. Toda a dinâmica é capturada pelos grupos do topo, que transformam a ampliação de recursos e a motivação oriunda da desigualdade em vantagens para si, indicando uma lógica perversa de segregação na participação política na cidade de São Paulo, aprofundando as diferenças e potencialmente redutora da responsividade democrática do sistema.

Nas colunas 2 e 3 da Figura 1 apresentamos as interações com as categorias de renda e educação. Conforme já adiantado na Tabela 6, os resultados indicam que os efeitos de interação se destacam de maneira mais evidente para os grupos de maior renda e maior escolaridade (ganhos maiores do que 5 salários mínimos e alta escolaridade), não havendo diferenças entre os grupos medianos e mais vulneráveis. Chama atenção também o fato de que as categorias medianas se fundem com a categoria de menor status socioeconômico quando ambos são mensurados pela métrica da renda ou educação. Toda a dinâmica de captura das atividades de participação é decorrente do comportamento daqueles que estão no topo da distribuição socioeconômica.

Outra vez, nos distritos de menor desigualdade e menor renda não há diferença no grau de participação dos diferentes grupos socioeconômicos, sejam eles definidos por renda ou por educação. Mas nos distritos com maior desigualdade e maior renda são justamente as elites socioeconômicas que se destacam como mais participativas. Posto isto, podemos concluir que a hipótese da motivação está na direção contrária do esperado. Não há a ativação dos pobres com o aumento da desigualdade. O que existe ocorre é justamente o contrário: uma maior atuação dos ricos em situações de maior desigualdade e maior riqueza.

A análise das interações entre renda e contexto indicam que a *hipótese da transferência de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos* (H3a) não ocorre, mas sim a hipótese concorrente da *segregação da participação* (H3b), pois nas situações nas quais há mais recursos

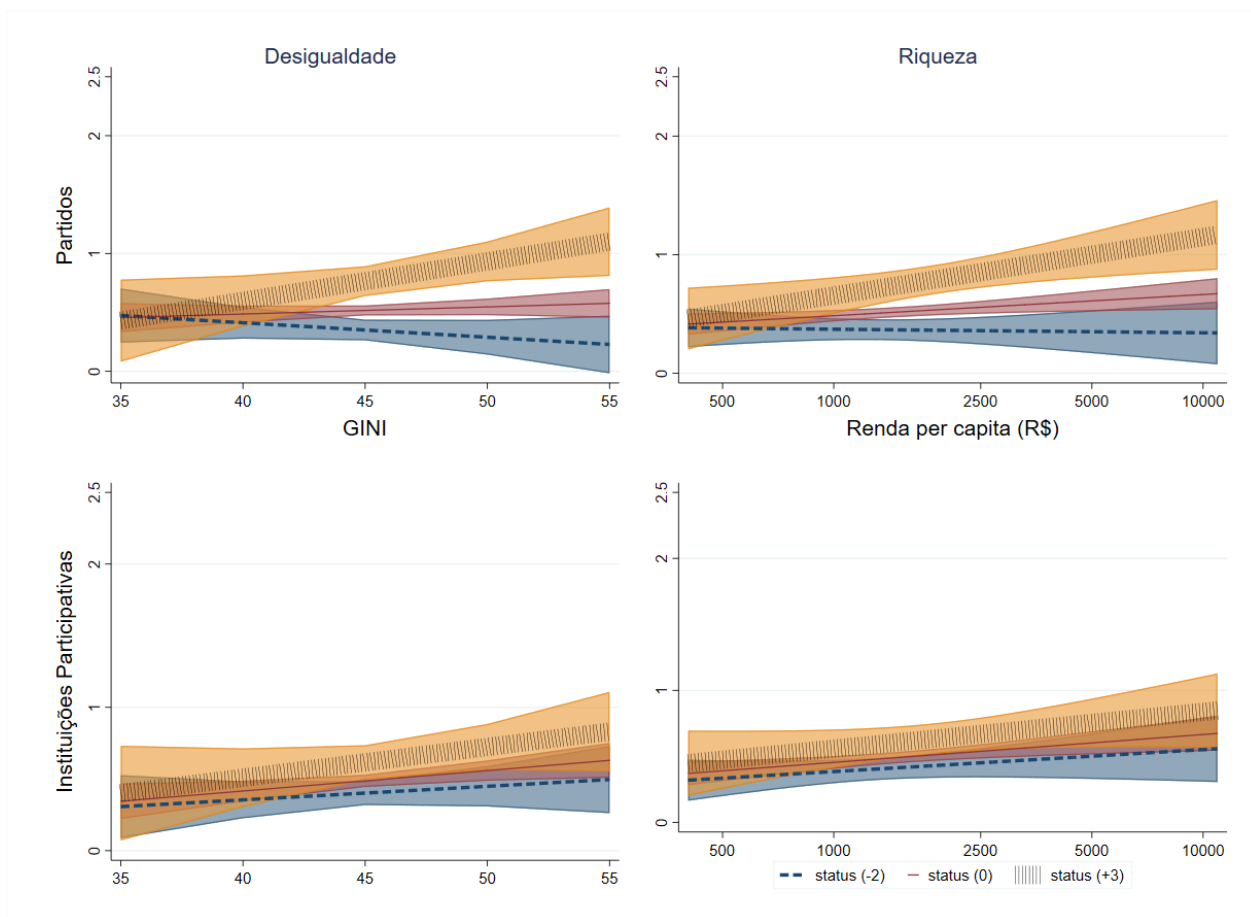
(maior riqueza) e/ou maior convivência entre ricos e pobres (maior desigualdade), os ricos participam mais, enquanto nas localidades menos ricas e mais iguais, a participação não é afetada pelo status socioeconômico. Isto indica que são os ricos que possuem a maior motivação para a participar com o aumento das desigualdades, o que vai na contramão da equidade da participação política.

6. Análises dos indivíduos em seus contextos locais nas diversas dimensões de participação

Analisamos nesta subseção como as interações afetam cada uma das cinco atividades de participação. Os resultados estão apresentados nas Figuras 2 e 3 com gráficos de interação semelhantes à Figura 1 que permitem maior facilidade para a interpretação dos achados. Os resultados das estimações podem ser consultados no apêndice. Na Figura 2 estimamos as curvas para as duas atividades institucionalizadas (participação em partidos e em instâncias participativas) e na Figura 3 as curvas para as três atividades menos institucionalizadas (participação em organizações da sociedade civil, demonstrações e engajamento virtual). Usamos como indicador de status socioeconômico a variável índice.

Os resultados da Figura 2 indicam mais uma vez que a interação entre o status socioeconômico e as realidades locais não afeta de maneira substantiva a participação nas atividades participativas mais institucionalizadas, ainda que encontremos um efeito insignificativo na margem e pequeno do status socioeconômico nas localidades onde o GINI e a renda per capita são maiores. Ambos os efeitos estão no limite da significância para a interação (p-valor de 0.11 para a interação com desigualdade e 0.13 com renda per capita). Na parte inferior, apresentamos os efeitos interativos para participação em instâncias participativas, onde todas as relações são insignificantes, tanto a interação como os efeitos diretos do status socioeconômico (p-valores da interação com desigualdade e riqueza são de 0.50; 0.62, respectivamente).

Figura 2. Desigualdades locais e status socioeconômico sobre as atividades de participação institucionalizadas



Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivis. 2019, São Paulo, SP. Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. Observação: Diversos modelos lineares multiníveis com análise de interação entre o contexto local e o status. Controles: gênero, idade, religião, raça/cor, posição na PEA, ideologia, confiança na política, e defesa da democracia. Resultados completos estão apresentados no apêndice.

Tais resultados representam uma aproximação do ideal da equidade política na cidade de São Paulo, pois, pelo menos nas atividades políticas que se relacionam diretamente com o Estado e o Sistema Político, não há efeitos contundentes do status socioeconômico e/ou das realidades locais. Os resultados permitem a conclusão de que as questões socioeconômicas, tanto individuais como contextuais, não afetam a participação partidária e em conselhos participativos e audiências públicas de maneira substantiva. O lado negativo destes resultados é que, apesar da aparente ausência de desigualdades estruturantes da participação, a média de participação é baixa quando

comparada com os índices obtidos nas outras atividades. Além disto, a lógica da ativação das classes mais vulneráveis por meio das motivações ou da transferência de recursos não ocorre, pois não há aumento substantivo de sua participação com o aumento da desigualdade ou da riqueza do distrito.

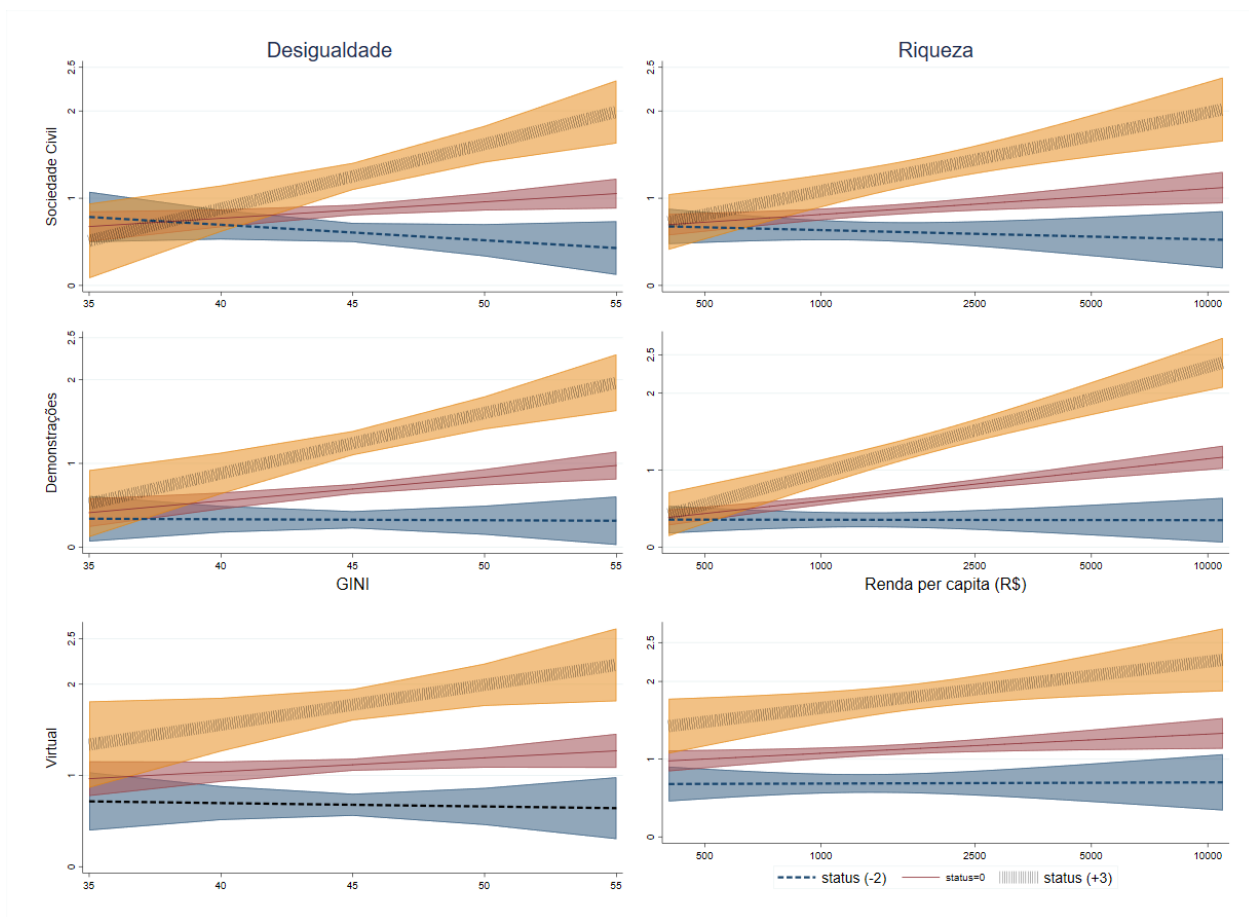
Ao compararmos os gráficos da Figura 2 com as análises de interação apresentada na Figura 3, verificamos que o efeito substantivo é bem menor nos primeiros. Isto é, os efeitos interativos das realidades locais somado aos efeitos do status socioeconômico do indivíduo são muito maiores nas atividades participativas menos institucionalizadas, corroborando os achados anteriores.

A Figura 3 resume as análises de interação sobre as atividades participativas não institucionalizadas. Na primeira linha analisamos os efeitos sobre a participação na sociedade civil organizada, na segunda a participação em demonstrações e na última o engajamento político virtual.

Os efeitos interativos na participação em organizações da sociedade e demonstrações indica uma clara interação entre as realidades locais e o status socioeconômico do indivíduo, com efeitos substantivos relevantes¹³. As diferenças entre status são maiores nos distritos mais desiguais e mais ricos, enquanto não há diferença alguma nos distritos menos ricos e mais iguais.

¹³ P-valores das interações: organizações da sociedade civil: desigualdade (0.003) e riqueza (0.008); b) demonstrações: desigualdade (0.065) e riqueza (0.001).

Figura 3. Efeitos das desigualdades locais e do status socioeconômico sobre as atividades de participação não institucionalizadas



Fonte: Survey Índice de Democracia Local de São Paulo, Instituto Sivis. 2019, São Paulo, SP. Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. Observação: Diversos modelos lineares multiníveis com análise de interação entre o contexto local e o status. Controles: gênero, idade, religião, raça/cor, posição na PEA, ideologia, confiança na política, e defesa da democracia. Resultados completos estão apresentados no apêndice.

Na parte inferior da Figura 3, apresentamos os gráficos das participações com engajamento virtual. Apesar do forte e claro efeito do status socioeconômico, este não interage com as realidades locais, já que todas as interações são insignificantes¹⁴. Contudo, há forte efeito do status socioeconômico individual. As curvas dos status superiores estimadas estão nitidamente deslocadas para cima de acordo com o maior status socioeconômico individual, mas sem tal diferença ser alterada pelos contextos locais.

¹⁴ P-valores da interação: engajamento virtual: desigualdade (0.17) e riqueza (0.16).

Enquanto os achados da Figura 2 apontam para uma equidade pouco participativa nas atividades institucionalizadas, os dados da Figura 3 indicam que as atividades não institucionalizadas são capturadas pelo topo da distribuição de status socioeconômico. O grupo mais privilegiado da sociedade se destaca como o mais participativo nas dimensões da participação nas organizações da sociedade civil, em demonstrações e protestos e, finalmente, com maior engajamento político virtual.

Além do mais, para as atividades de participação via sociedade civil ou em demonstrações e protestos o contexto socioeconômico importa e produz segregação, enquanto para o engajamento virtual ele é irrelevante. Tal achado parece razoável, uma vez que o engajamento virtual necessita de conexões sociais digitais, enquanto a participação em demonstrações e protestos e em organizações da sociedade civil requer redes reais de interação social.

Chama atenção o fato de que nos três tipos de atividades participativas apresentadas na Figura 3, não há efeito do contexto local na participação individual daqueles que estão na base da pirâmide social. Não importa o nível de riqueza ou de desigualdade da localidade, o nível de participação dos mais vulneráveis é baixíssimo. As projeções lineares indicam que a participação esperada se encontra entre as categorias (0) nunca participou e (1) participa raramente. Por sua vez, o aumento da desigualdade e da disponibilidade de recursos tende a estimular um maior ativismo dos mais privilegiados, sobretudo nas atividades que requerem maior interação no mundo real.

Os resultados sobre engajamento virtual e demonstrações, que apresentam os maiores diferenciais participativos nas localidades mais ricas e desiguais, são importantes para elucidar um pouco a realidade política contemporânea. São Paulo tem sido nos últimos anos lócus dos principais eventos políticos nacionais, sobretudo a partir das jornadas de junho de 2013, quando a cidade foi palco de demonstrações e protestos que se espalharam para todo o país. Além disso, a internet tem se tornando, sobretudo a partir das eleições de 2018, o principal campo do debate e da disputa política. Os achados da pesquisa indicam que esses dois fenômenos centrais da política mais recente paulistana e brasileira são capturados pelos grupos mais privilegiados. Além disso, existe uma acentuada lógica segregacionista em atividades que requerem a ativação de conexões sociais reais. Quanto mais recursos disponíveis e quanto maior o diferencial entre ricos e pobres, mais aparente é a ativação e o predomínio dos grupos mais privilegiados.

7. Considerações Finais

O nosso trabalho alcança algumas conclusões que são importantes de serem retomadas. De um lado, encontramos evidências fortes de que existe de fato na realidade paulista a transferência de elementos socioeconômicos para a realidade política. Contudo, os resultados de

dados puramente descritivos ou de modelos estatísticos que não lidam com a heterogeneidade do fenômeno podem trazer uma visão equivocada do fenômeno. Algumas conclusões importantes foram levantadas ao longo do estudo.

Em primeiro lugar, as diferenças descritivas entre os grupos médios e medianos e os mais vulneráveis não resiste às estimativas mais sofisticadas. A diferença crucial que existe é entre aqueles que estão no topo da distribuição de renda ou de oportunidades educacionais e o resto da sociedade. O comportamento dos grupos com maior educação e de maior renda (renda superior a 5 salários mínimos) é nitidamente diferente do resto da sociedade, enquanto o comportamento dos grupos medianos se funde com o comportamento da base da pirâmide.

Em segundo lugar, as condições socioeconômicas afetam de maneira distintas as diferentes atividades participativas. Enquanto inexiste diferenças socioeconômicas nas atividades mais institucionalizadas como a participação em partidos ou em conselhos participativos, existe forte diferença nas atividades menos institucionalizadas. As ruas e as redes são campos de ação dos grupos de maior status socioeconômico e não servem, portanto, como mecanismo, pelo menos a partir dos dados coletados no município de São Paulo, para aumentar a responsabilidade do Estado Democrático aos grupos menos privilegiados. Tal lógica de segregação é ainda mais radicalizada quando a participação não institucionalizada requer o uso de redes sociais do mundo real. As diferenças na participação em atividades da sociedade civil organizada e em atividades de demonstração e protestos são ainda mais acentuadas quando as realidades locais são mais desiguais e com mais recursos, ativando duplamente as elites socioeconômicas. Em outras palavras, os efeitos socioeconômicos contextuais e individuais são determinantes da participação institucionalizada em atividades que requerem o contato social no mundo real.

De outro lado, a participação institucionalizada é baixa, mas mais igualitária em termos socioeconômicos. A participação em partidos e conselhos participativos é semelhante para os indivíduos de maior e menor status e nas diversas realidades locais, o que indica, pelo menos no plano institucional, que há alguma efetivação do ideal da equidade política democrática defendida por Robert Dahl e Ronald Dworkin, ainda que sob o perigo da apatia democrática apontado como preocupante por Alexis de Tocqueville.

Por fim, concluímos nosso argumento com a reflexão de que existe no município de São Paulo uma lógica geográfica perversa em relação às atividades participativas não institucionalizadas. O aumento dos recursos disponíveis e da desigualdade de renda está associado com um aumento do diferencial de participação entre os grupos mais privilegiados do resto da sociedade. Isto significa que há uma segregação da participação favorável ao topo da pirâmide social e não há a transmissão de recursos e oportunidades dos mais abastados aos mais vulneráveis, o que pode, no longo prazo, comprometer a qualidade da democracia ao afetar a responsabilidade do sistema político, sobretudo em uma quadra histórica na qual os principais movimentos políticos e sociais não ocorrem mais sob o controle dos partidos e instituições

estatais.

8. Referências

Altman, David e Pérez-Liñán, Anibal. 2002. Assessing the quality of democracy: Freedom, competitiveness and participation in 18 Latin American countries. *Democratization* 9, no. 2: 85-100.

Arendt, Hannah. 2018. *Thinking Without a Banister: Essays in Understanding, 1953-1975*. Schocken, 2018.

Arbache, Guilherme. 2015. *Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da participação política no regime democrático brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

Baquero, Marcello. 2001. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva* 15, no. 4: 98-104.

Barnes, Samuel, and Kaase, Max. 1979. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, California. Sage Publications.

Bartle, John; Birch, Sarah e Skirmuntt, Mariana. 2017. The local roots of the participation gap: Inequality and voter turnout. *Electoral Studies* 48: 30-44.

Best, Samuel e Krueger, Brian. 2005 Analyzing the representativeness of Internet political participation. *Political Behavior* 27, no. 2: 183-216.

Borba, Julian. 2012. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado* 27, no. 2: 263-288.

Brady, Henry. 2004. An analytical perspective on participatory inequality and income inequality. *Social inequality*: 667-702.

Brady, Henry; Verba, Sidney, e Schlozman, Kay Lehman. 1995. Beyond SES: A resource model of political participation. *American political science review* 89, no. 2: 271-294.

Cook, Karen. 2014. Social capital and inequality: The significance of social connections. In McLeod, Jane; Lawler, Edward e Schwalbe, Michael (eds.). *Handbook of the social psychology of inequality*, pp. 207-227. /Dordrecht. Springer,

Dahl, R. 1989. *Democracy and Its Critics*. New Haven CT: Yale University Press.

Diamond, Larry e Morlino, Leonardo. 2005. *Assessing the quality of democracy* Johns Hopkins University Press.

Dworkin, Ronald. 2000. *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*. Cambridge: Harvard

University Press.

Freeman Harrop. 1966. The right to protest and civil disobedience. *Indiana Law Journal*. Vol. 41 :
Iss. 2 , Article 3.

Frey, R. Scott, e Al-Roumi, Ali. 1999.. Political democracy and the physical quality of life: The cross-
national evidence. *Social Indicators Research* 47, no. 1: 73-97.

Goodin, Robert, and John Dryzek. 1980. Rational participation: The politics of relative
power. *British Journal of Political Science* 10, no. 3: 273-292.

Huntington, Samuel. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, CT. Yale University
Press.

Inglehart, Ronald e Welzel, Christian. 2005. *Modernization, cultural change, and democracy: The*
human development sequence. Cambridge University Press.

Jennings, M. Kent and Andersen, Ellen Ann. 2003. The Importance of Social and Political Context:
The Case of AIDS Activism, *Political Behavior*, 25 (2), 177–99.

Klingemann, Hans-Dieter. and Fuchs, Dieter.1995. *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University
Press.

Kriesi, Hanspeter. 2008; Political Mobilization, Political Participation and the Power of the Vote,
West European Politics, 31 (1), 147–68.

Leighley, Jan. E., e Nagler, Jonathan. 2013. *Who votes now?: Demographics, issues, inequality, and*
turnout in the United States. Princeton University Press.

Manin, Bernard; Przeworski, Adam, and Stokes, Susan 1999. Elections and representation.
Democracy, accountability, and representation. Vol. 2. Cambridge University Press.

Marien, Sofie, Marc Hooghe, Ellen Quintelier. Inequalities in non-institutionalised forms of political
participation: A multi-level analysis of 25 countries. *Political studies* 58, no. 1 (2010): 187-213.

Milbrath. Lester W , 1965. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.

Norris, Pipa. 2002 *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge University Press.

Oliver, J. Eric. 2001. *Democracy in suburbia*. Princeton University Press.

Oliver, J. Eric. 1999. The effects of metropolitan economic segregation on local civic participation.
American journal of political science: 186-212.

Oliver, J. Eric. 2001. *Democracy in suburbia*. Princeton University Press.

Paret, Marcel. 2015. Violence and democracy in South Africa's community protests. *Review of*
African Political Economy. 42:143, 107-123.

Power, Timothy J., and Giselle D. Jamison. 2005. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública* 11, no. 1: 64-93.

Rosenstone, Steven J., and John Mark Hansen. 1993. *Mobilization, Participation, and Democracy in America*. New York: Macmillan.

Sabucedo, Jose Manuel, and Constantino Arce. 1991. Types of political participation: A multidimensional analysis. *European Journal of Political Research* 20, no. 1: 93-102.

Schumpeter, Joseph Alois. 1942. *Socialismo, capitalismo e democracia*. Harper and Brothers.

Sen, Amartya. 199. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras.

Skocpol, Theda. 2003. *Diminished Democracy: From Membership to Management in American Civic Life*. Norman OK: University of Oklahoma Press.

Solt, Frederick. Economic inequality and democratic political engagement. *American Journal of Political Science* 52, no. 1 (2008): 48-60.

Trechsel, A. 2007. Inclusiveness of Old and New Forms of Citizens *Electoral Participation, Representation*, 43 (2), 111–21.

Verba, S. and Nie, N. 1972. *Participation in America*. New York: Harper * Row.

Verba, Sidney, Kay Lehman Schlozman, and Henry E. Brady. *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press, 1995.

Young, I. M. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.